

Bolsonaro repete antecessores e aposta em pacote de R\$ 160 bilhões para atrair eleitor[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Medidas como Auxílio Brasil, vale gás e outras ações miram a população afetada pela inflação e pelo desemprego. RIO e BRASÍLIA — Ao lançar mão de um “pacote de bondades” com impacto até o momento de R\$ 160 bilhões na economia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) mira o bolso dos brasileiros para elevar a popularidade no ano eleitoral. A estratégia, que passa pelo aumento da renda e estímulos econômicos de curto prazo, visa ainda a atender a segmentos da população em que seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto é pior, como o eleitorado de menor renda e as mulheres. O modelo não é novo: antecessores do atual ocupante do Palácio do Planalto também abriram os cofres às vésperas da eleição e, como resultado, colheram melhorias na avaliação das próprias gestões. No caso de Bolsonaro, os efeitos já começam a aparecer: a pesquisa Datafolha de março mostrou redução da reprovação ao presidente, de 53% para 46%. O carro-chefe da estratégia para o pleito de outubro é o Auxílio Brasil. O programa, que substituiu o Bolsa Família no ano passado, elevou os gastos com transferência de renda de R\$ 35 bilhões para R\$ 91 bilhões anuais. Outros exemplos são os cortes de tributos — como os federais sobre diesel —, o saque de R\$ 1.000 do FGTS para trabalhadores com carteira assinada, o vale-gás, o crédito para mulheres empreendedoras e caminhoneiros, a liberação de empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a redução do custo com a conta de luz após a antecipação do fim da taxa extra. Em outra frente, o governo estuda reajustar salários de servidores e a tabela do Imposto de Renda. “Populismo eleitoral” O impacto fiscal das principais medidas chega a R\$ 86 bilhões, mas boa parte das ações anunciadas não deve afetar as contas públicas, a exemplo do saque do FGTS, cujos recursos são dos trabalhadores. O maior volume vem das renúncias com a isenção de tributos federais sobre o diesel (R\$ 20 bilhões) e o corte de 25% do IPI (R\$ 20 bilhões, metade nas receitas de estados e municípios), possíveis porque houve aumento de receitas decorrente da inflação. A estratégia em ano eleitoral não é uma novidade do governo Bolsonaro, e se mostrou regra nas últimas décadas. Um indício está na sintonia entre o impacto de medidas para redução da miséria e o processo eleitoral. Um levantamento do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), aponta que, desde a redemocratização, a pobreza no Brasil caiu nos anos em que houve eleições federais e, na maioria dos casos, subiu nos anos seguintes, em meio a ajustes na economia. Nos anos posteriores a disputas pela reeleição do presidente, a exceção é 2007, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando a pobreza continuou a cair mesmo após o pleito. Ainda segundo os dados, a queda média de pobreza em ano eleitoral foi de 12,82%, e o aumento no ano pós-eleitoral foi de 14,92%, entre 1982 e 2014. Sem considerar 1986, que corresponde ao ano do Plano Cruzado, em que o ciclo é mais evidente, a queda média da pobreza foi de 8,34% em ano eleitoral, seguida de aumento médio de 8,2% em anos subsequentes. A pesquisa chama a atenção para o fato de os maiores ganhos relativos se originarem de programas sociais e se direcionarem a brasileiros com idade para votar. Para Neri, ainda que a ofensiva eleitoral também tenha ocorrido em governos anteriores, a gestão Bolsonaro traz “inovações”. O economista alerta para medidas adicionais, além do atual programa de transferência de renda, como a consignação de empréstimos de beneficiários do Auxílio Brasil: — O Brasil é um país em que você vê o ciclo eleitoral a olho nu. O ano de 2023 gera preocupação. Tem uma conta a ser paga, e uma “nova velha” geração de populismo eleitoral está acontecendo de forma intensa. Há um upgrade nesse populismo, e isso é bastante deletério a longo prazo. Professor da Fundação Dom Cabral e autor do livro “Dinheiro, eleições e poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”, Bruno Carazza lembra que, ao priorizar

as eleições, os governantes correm risco de fazer mal uso dos recursos, gastando de forma não planejada. No caso de Bolsonaro, ele vê uma tentativa de beneficiar nichos que são seus pontos fracos do ponto de vista eleitoral. — Quando vemos o perfil do eleitor do Bolsonaro, a gente identifica que ele tem dificuldade em três grupos: mulheres, eleitores mais pobres e moradores do Nordeste. O pacote de estímulos está voltado para esses grupos. Além disso, temos o orçamento secreto direcionado principalmente para o Nordeste, sobretudo para as cidades pequenas. Estudioso da relação entre economia e ciclos eleitorais, o cientista político Hugo Borsani, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), afirma que a aposta na máquina para elevar a aprovação às vésperas do pleito parte da premissa de que o eleitor só vai considerar para o voto o ano da eleição. Governantes com aprovação menor e que veem risco de não se elegerem, explica, tendem a recorrer mais a essas medidas: — Como a avaliação do eleitor é feita é um ponto de discussão. O eleitor quando vota toma duas decisões. Ele vai premiar ou castigar o governo atual pelo que fez, mas ao mesmo tempo está escolhendo um governo para o futuro. A perspectiva do voto retrospectivo, porém, aponta que o eleitor pensa em como vai ser o futuro em função do que já foi feito. Os governos se baseiam nesse comportamento. O desempenho dos últimos presidentes que buscaram a reeleição traz algumas pistas do impacto nas urnas. Dados do Datafolha apontam que os antecessores de Bolsonaro conseguiram aumentar ou recuperar a popularidade de seus governos ao longo do ano eleitoral, em meio aos acenos com foco nos pleitos, embora a aprovação também possa ser influenciada por outros fatores relacionados à própria disputa eleitoral. Tática antiga Depois de registrar queda consecutiva na sua aprovação entre março e junho de 1998, o ex-presidente Fernando Henrique (PSDB) conseguiu aumentar a avaliação positiva de seu governo, até atingir um pico de aprovação em setembro. Em junho, o tucano, que àquela altura havia perdido intenções de voto no Nordeste e entre eleitores com menor renda, anunciou um investimento equivalente a R\$ 3,5 bilhões, corrigidos pelo IPCA, contra a seca na região e sancionou a Lei de Renda Mínima para a Educação, que entraria em vigor no ano seguinte por imposição da legislação eleitoral. Já o ex-presidente Lula registrou um salto de aprovação a partir de agosto de 2006. A alta aconteceu dois meses após sua gestão aumentar em 21% o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, maior expansão entre um mês e outro registrada pelo programa de transferência de renda criado em 2003. A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), por sua vez, conseguiu interromper o aumento da rejeição ao seu governo em 2014. Em abril, anunciou reajuste de 10% no valor do Bolsa Família, que passou a vigorar em junho, e prometeu correção na tabela do Imposto de Renda de 4,5%. Às vésperas do segundo turno, atingiu seu maior índice de avaliação positiva daquele ano. A partir de 2015, porém, o governo reeleito teve que anunciar cortes em programas sociais e um ajuste fiscal.

